



O Lugar das práticas comunitárias emergentes nas transformações urbanas

The Place of emerging community practices in urban transformations

*Heliana F. Mettig Rocha, PPGAU/UFBA,
helianamettig@ufba.br*

RESUMO

Observando as práticas comunitárias emergentes em áreas urbanas no Brasil e no mundo, estas se assemelham aos novos movimentos sociais da sociedade em rede, pela forma com que expressam resistência criativa. Entretanto, as práticas estudadas se materializam no ambiente construído de forma espontânea, por isso não hegemônica, em relação às intervenções governamentais de projetos de renovação urbana. Pressupõem-se caracterizadas pela autogestão no enfrentamento a impactos sociais e ambientais recorrentes em seu cotidiano. Nesse sentido, a percepção desse fenômeno incita questionar se essas práticas coadunam com o Direito à Cidade por meio da (re)apropriação e produção de lugares que, antes abandonados, passam a ser devolvidos para a cidade – o que também amplia a capacidade transformativa urbana, ao considerar a interdependência dos componentes envolvidos. O artigo analisa dois casos de práticas urbanas emergentes de comunidades em áreas urbanas desfavorecidas, principalmente nas bordas de áreas ambientalmente sensíveis no Rio de Janeiro e São Paulo. As adversidades encontradas são enfrentadas, inicialmente, por propósitos individuais que potencializam a sensibilização da comunidade, fortalece uma rede local de agentes e reflete em mudanças socioespaciais expressivas. O fenômeno é analisado pela abordagem da ecosofia - filosofia que fundamenta o paradigma ético-estético com engajamento político – por meio da interdependência entre as ecologias mental, social e ambiental. Enfim, fica evidenciado o protagonismo exercido pela ação de indivíduos e coletivos nos processos de transformação urbana, o que posiciona o ‘lugar’ dessas práticas comunitárias emergentes, quando engajadas a questões socioecológicas, como coadjuvantes nas atuais condições de complexidade dos processos de projeto de arquitetura-urbanismo.

Palavras Chave: práticas comunitárias; ecosofia; resistência criativa; resiliência; transformação urbana.

ABSTRACT

Observing the emerging community practices in urban areas in Brazil and in the world, these are similar to the new social movements of the network society, by the way in which they express creative resistance. However, the practices studied materialize in the spontaneously constructed environment, which is not hegemonic in relation to government interventions in urban renewal projects. They are characterized by self-management in coping with recurring social and environmental impacts in their daily lives. In this sense, the perception of this phenomenon prompts to question whether these practices are in line with the Right to the City through (re)appropriation and production of places that, before abandoned, are now returned to the city - which also expands the urban transformative capacity, when considering the interdependence of the components involved. This article analyzes two cases of urban practices emerging from communities in disadvantaged urban areas, mainly on the edges of environmentally sensitive areas in Rio de Janeiro and São Paulo. The adversities encountered are initially faced by individual purposes that enhance community awareness, strengthen a local network of agents, and reflect on expressive socio-spatial changes. The phenomenon is analyzed by the approach of ecosophy - philosophy that bases the ethical-aesthetic paradigm with political engagement – by the interdependence between the mental, social and environmental ecologies. Finally, the role played by individuals and collectives in the processes of urban transformation is evidenced, which places the 'place' of these emerging community practices, when engaged in socioecological issues, as coadjutants in the current complexity of architectural and urban design processes.

Keywords/Palabras Clave: community practices; ecosophy; creative resistance; resilience; urban transformation.

INTRODUÇÃO

Observando as práticas comunitárias emergentes em áreas urbanas e periféricas no Brasil e no mundo, estas demonstram semelhanças aos novos movimentos sociais da sociedade em rede, ao resistirem às contradições extremas existentes da sociedade urbana contemporânea, que “ao reagir à humilhação provocada pelo cinismo e pela arrogância das pessoas no poder, seja ele financeiro, político ou cultural, unem aqueles que transformaram medo em indignação, e indignação em esperança de uma humanidade melhor” (Castells, 2013).

Entretanto, o objeto de estudo deste artigo são as práticas comunitárias emergentes que culminam em alguma espacialização no ambiente construído e expressam certa resistência criativa, tanto por apresentarem-se distintas da forma de luta reivindicatória, quanto por demonstrarem certa convergência ecológica nos processos e projetos diversos às políticas hegemônicas de intervenção urbana.

Esta forma de resistência criativa instaura novos sistemas de valores que começam a apresentar um novo sentido de resistência às atitudes autoritárias que o Estado junto com a iniciativa privada tem demonstrado para a realização de interesses próprios em detrimento do interesse social e coletivo. Há uma multiplicidade de necessidades e potencialidades que estão sendo deixadas de lado e não passam mais despercebidas pela população, desde os movimentos sociais por moradia nos anos 60 aos movimentos civis pelo Direito à Cidade na virada para o século XXI.

Entretanto, em primeira análise, percebe-se que nem todas as práticas comunitárias emergentes são propriamente populares - com propósitos que vão além das reivindicações de base, tem características plurais de resistência à incoerência, ao descaso e à falta de planejamento participativo por parte do Estado, enquanto governo local.

Portanto, para esta análise são definidos como não hegemônicos os movimentos e práticas que emergem de uma atitude política, porém não partidária, que atua de forma autônoma, promovendo emancipação cidadã e consequente fortalecimento de redes locais de colaboração. Realidades que, provavelmente, passam despercebidas das concepções clássicas de planejamento.

Para indivíduos e coletivos numa multiplicidade de desejos que procuram exercer a cidadania, mesmo que descentrados e anônimos, o ideário do Direito à Cidade se materializa no quintal de casa, na rua, na praça mais próxima. A apropriação desses lugares também se dá pela indignação, mas a reação ao abandono desses lugares desperta como controle social enquanto vigilância cidadã e, até mesmo, como ações de colocar a ‘mão na massa’ na construção de lugares como realização de espaços de diferença.

Neste artigo propõe-se apresentar parte¹ da análises em processos de pesquisa sobre a formação, a dinâmica, os valores e perspectivas de transformação socioespacial dessa forma de construção de lugares, protagonizadas por indivíduos e coletivos em dois casos estudados em comunidades localizadas em áreas desprovidas de infraestrutura urbana adequada e abandonadas pelos órgãos públicos, especificamente, nas margens de áreas ambientalmente desafiadoras e sensíveis em duas megacidades do Brasil – uma área remanescente de mata atlântica, no Rio de Janeiro e uma área que bordejia a Serra da Cantareira com um córrego, em São Paulo.

¹ O artigo apresenta parte da pesquisa de doutorado em fase de desenvolvimento pela autora, que também integra o corpo docente do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo e do curso de especialização em Assistência Técnica para Habitação e Direito à Cidade (Residência AU+E/UFBA).

As observações indicam adversidades que têm sido enfrentadas por iniciativas individuais que se tornam comunitárias. Inicialmente, motivados por questões ambientais, propósitos firmes, persistência e trabalho, produzem algumas interações e pequenas mudanças espaciais que, gradativamente, estimulam o apelo coletivo, por meio da sensibilização social e consequente ação transformadora do ambiente construído, envolvendo a comunidade em nível local.

Os casos estudados são, na zona sul do Rio de Janeiro, o Parque Sitiê, localizado no Morro do Vidigal, favela pacificada pela 19ª Unidade de Polícia Pacificadora-UPP em 2012, quando passa a ser denominado bairro do Vidigal. O protagonista Mauro Quintanilha, músico, iniciou um trabalho de limpeza de uma área tomada pelo lixo, que havia sido um sítio com remanescentes da mata atlântica, reconhecido desde sua infância como morador local. Desde o ano 2006 até os dias atuais, tem atraído uma rede de colaboradores iniciada na própria vizinhança e que já extrapola o país, encontrando-se, atualmente, sob a natureza jurídica de Instituto Sitiê.

Em São Paulo, o caso do bairro Jardim Damasceno em Vila Brasilândia, maior concentração de favelas na zona norte da cidade. A localidade é bordejada por uma área de mata atlântica da Serra da Cantareira com o córrego do Canivete. Nesse caso, o protagonista é o Sr. Quintino Viana que, por meio do Movimento Ousadia Popular, criado em 2000, iniciou o processo de reivindicações para transformar a área do córrego do Canivete, ocupado por uma favela bem precária, em Parque Linear (implantado em 2009) e, atualmente, congrega inúmeros moradores da localidade em prol do Parque da Brasilândia.

ABORDAGEM E MÉTODO

A partir de revisão de literatura, visitas às localidades e entrevistas realizadas, pessoalmente, com os protagonistas que se tornaram referências nessas duas localidades, foram identificadas particularidades da dimensão individual que reflete a força propulsora, inicialmente, de cunho ambiental, mas que se estende para demandas sociais. Nesses dois casos, observa-se que o propósito individual, agregado a propósitos semelhantes de moradores locais e de uma rede de agentes colaboradores, sustentam um propósito coletivo que amplia a capacidade de ação para transformação do lugar.

Nesse sentido, a percepção desse fenômeno incita questionar se essas práticas coadunam com o Direito à Cidade por meio da (re)apropriação e produção de lugares que, antes abandonados, passam a ser devolvidos para a cidade – o que remete ao conceito de ‘capacidade transformativa urbana’², ao considerar a interdependência dos componentes envolvidos no contexto mais amplo da transição para a sustentabilidade urbana, tendendo a propiciar melhorias socioespaciais a médio e longo prazo não apenas para os envolvidos localmente, mas abertos para toda a sociedade.

Nesse sentido, é preciso considerar as interações dentro de seus elementos constitutivos e distintivos que expressam a importância de incluir aspectos tangíveis e não tangíveis de suas práticas transformadoras no ambiente construído.

² Conceito recentemente definido no contexto de estudos sobre transição para a sustentabilidade urbana, como a habilidade coletiva de agentes envolvidos no desenvolvimento urbano para conceber, preparar-se para, iniciar e executar mudança de caminho de desvio para a sustentabilidade, dentro e através de sistemas complexos múltiplos que constituem as cidades que se interrelacionam (Wolfram, 2016)

Nesse contexto, compreende-se o conceito de indivíduo inserido no “modo-indivíduo” do capitalismo moderno que é disciplinado pelo poder-saber focalizado pelos espaços confinados e, posteriormente, pela ação subliminar da mídia no subconsciente. Contudo, o conceito de dobra deleuziana é uma importante ferramenta para se pensar a experiência subjetiva contemporânea, pois sustenta a reflexão da possibilidade do indivíduo em sua subjetividade poder refazer o processo de subjetivação, pois exprime a ideia de multiplicidade e de criação permanente, necessárias para compreender uma resistência criativa.

A análise não focaliza a captura do processo de subjetivação capitalístico, mas coloca-se no plano de imanência onde é passível a abertura de fendas no que se apresenta como hegemônico. A construção do plano é sempre uma política, ou melhor, uma micropolítica (Deleuze, 1977), pois ela engaja uma série de agenciamentos que se expressam por meio de singularidades móveis e anônimas (nômades), não se deixando capturar pelas armadilhas do instituído, distinguindo-se das distribuições fixas e sedentárias características das formas pessoais e individuais.

Seguindo essa conduta, toma-se a abordagem da ecosofia, um conceito recuperado por Guattari (1989), que considera a necessária inter-relação entre as três ecologias mental-social-ambiental para realizar a transição de um paradigma capitalístico para um paradigma ético-estético. Esse referencial teórico possibilita uma leitura transversal dos casos, segundo cada uma dessas dimensões: a iniciativa que surge da subjetividade, as relações existentes entre os agentes e os recorrentes impactos sociais e ambientais já referenciados.

Objetiva-se compreender as instâncias individual e coletiva nos dois casos estudados, correlacionando as ações iniciadas em um âmbito microescalar, aparentemente individual, porém genuinamente compreendidas em um plano de imanência consciente e coletivo, desdobrados pelos conceitos de micropolítica (Guattari e Rolnik, 1996) e de revoluções moleculares (Guattari, 1981). Por sua vez, os dados empíricos apontam para uma forma diferenciada de resistência criativa ao comparar com as reivindicações e lutas partidárias prevalentes no passado.

Apesar de considerar os limites externos e desafios internos para gerir as questões socioambientais é importante associar informações técnicas sobre os aspectos de riscos ambientais e vulnerabilidades técnicas, somando-as aos saberes inerentes à população local, aqueles provenientes de outros campos do conhecimento, incluindo profissionais de arquitetura-urbanismo, capacitados a visualizar e discutir sobre desafios e potencialidades nas múltiplas escalas, concepções e abordagens na construção de lugares. Nessa condição de troca de saberes, é ressaltado o ‘lugar’ das práticas comunitárias emergentes ao demonstrarem aproximação a uma convergência ecológica nos processos de transformações urbanas que dinamizam e contribuem com direções e meios para uma prática propositiva do arquiteto-urbanista ao lidar com as condições de complexidade, incerteza e não-linearidade existentes na realidade precária e sócio ambientalmente impactada das cidades brasileiras.

Afinal, os referenciais teóricos apresentados contemplam os campos social e ambiental-ecológico, sob as perspectivas do Direito à Cidade (Lefebvre, 1960) e da Ecosofia (Guattari, 1989). São visões teóricas que demonstram ser capazes de contribuir com os questionamentos inerentes ao objeto em estudo, além de indicar a possibilidade de construção do que pode vir a ser uma convergência ecológica em projetos propositivos de transformações urbanas na construção de lugares.

DIREITO À CIDADE E RESISTÊNCIA CRIATIVA EMERGENTE

Lefebvre (1960) já reivindicava nos anos 1960 e 1970 um Direito à Cidade que não fosse apenas direito de ir e vir como o fazem milhares de trabalhadores todos os dias, e sim um direito que abrangesse a possibilidade de vivenciar a cidade para além da sua dimensão produtiva.

Nesse sentido, a emergência de práticas comunitárias na contemporaneidade remete à busca por alternativas que coexistem à exclusão e ao abandono de áreas destituídas do interesse hegemônico.

A resistência criativa nos dois casos estudados se caracteriza pelo empoderamento de pessoas a partir de estímulos provenientes de questões sociais e/ou ambientais. Não encontrando caminhos oficiais para a resolução do problema que impacta a comunidade, são instigadas ações na microescala local que, gradativamente, ampliam seu alcance.

Esse aspecto da apropriação do problema na busca de soluções por parte de quem as reconhece e vivencia é o ponto de confluência das resistências criativas emergentes e o que Lefebvre aponta como o Direito à Cidade. Na década de 60, o autor relata que “apenas grupos, classes ou frações de classes sociais (são) capazes de iniciativas revolucionárias (que) podem se encarregar das (estratégias na prática), e levar até sua plena realização, soluções para os problemas urbanos (...)”. Pode-se dizer que essa percepção ainda é válida para os casos estudados, por se concentrarem em áreas que refletem o descaso do sistema vigente em todos os seus aspectos sociais, econômicos e ambientais. Com a diferença de que a dimensão ambiental, na atualidade, destaca-se como problemática inerente a todas as classes sociais, ou seja, demonstra ser o que conecta as pessoas em um propósito coletivo mais abrangente, de forma a estender o Direito à Cidade para o Direito ao Ambiente.

Essa emergência se caracteriza por transformações urbanas provocadas por protagonistas locais, de “dentro para fora” ou de “baixo para cima”, que restauram valores pelo meio da ação social, com a apropriação de técnicas locais, e culminam na transformação do espaço enquanto ambiente socialmente construído.

Entretanto, são acontecimentos em processos recentes, ainda incipientes para estarem completos, mas plenamente palpáveis como portadores de mudanças. Iniciativas locais que se tornam coletivas, plurais, apartidárias e cidadãs. E também, não-hegemônicas, por não abordarem interesses particulares de grupos vinculados ao poder vigente.

PERSPECTIVA ECOSÓFICA E ANÁLISE MICROPOLÍTICA

Para além da questão das classes sociais, o enfoque abordado por Guattari (1989) está no fracasso em ainda não entendermos e aprendermos sobre a problemática ambiental, sobre as ações que a causaram e suas implicações e projeções ao longo do tempo. Para o autor, estamos perdendo tempo precioso, esforços mentais teóricos e científicos focando sempre as questões dos danos industriais e perdendo a ótica da sistêmica do problema, onde deveríamos, sim, considerar a articulação entre a ética e a política para o que ele denomina *ecosofia* - uma disciplina ético-estética de caráter transdisciplinar que articula transversalmente os registros heterogêneos das três ecologias: a do meio ambiente, a das relações sociais e a da subjetividade humana (mental), todos eles intimamente interligados.

Em parte, Guattari retoma esse termo do ecologista e filósofo norueguês *Arne Næss*, exposto numa conferência em 1972, para demarcar o que ele observa como uma necessidade para os defensores da libertação social, cujas lutas no século XX, foram dominadas pelo paradigma da revolução social e do marxismo, para incorporar seus argumentos dentro de um quadro ecológico que entende as interconexões do social e do ambiental, por um viés ético-estético e, essencialmente, político.

O autor afirma que as perspectivas ambientalistas tradicionais obscurecem a complexidade da relação entre os seres humanos e seu ambiente natural por meio da manutenção da separação dualista de sistemas humanos (culturais) e não-humanos (naturais). Ele considera a *ecosofia* como um novo campo com uma abordagem monista e pluralista para esse estudo, um estudo de fenômenos complexos.

Apesar desta ênfase na interconexão mental-social-ambiental, o autor prefere enfatizar a heterogeneidade e a diferença, sintetizando acontecimentos e multiplicidades para rastrear estruturas rizomáticas ao invés de criar estruturas unificadas e holísticas.

“Sem modificações no ambiente social e material, não pode haver mudança nas mentalidades. Aqui, estamos na presença de um círculo que me leva a postular a necessidade de fundar uma "ecosofia" que ligue a ecologia ambiental à ecologia social e à ecologia mental.”(Guattari, 1989)

No centro dessa discussão estão as relações dos países de primeiro mundo com os de terceiro mundo. No primeiro, ocorre a proliferação de tecnologias que provocam riscos graves e irreversíveis ao meio ambiente, como na produção energética por usinas nucleares. No segundo, há uma manutenção de sua pauperização absoluta para manutenção de benefícios e fluxos de materiais e dependência científico-tecnológica.

A visão ecosófica é fundamentada na transcendência do conceito de indivíduo. A correlação indivíduo-coletivo acontece no sentido da formação da subjetividade humana, a partir da subjetivação interior do que é captado de um estímulo exterior (do plano de imanência) e retorna para fora (como uma dobra), com significado singular e possível de emancipação (Deleuze, 1986).

Nessa mesma conduta, Guattari mostra que não adianta apenas reproduzir o que se lê, mas sim a metamorfose que a leitura pode produzir, como “máquina de guerra”. A revolução molecular é aquela que nasce no lado de dentro do pensamento, da subjetivação.

Para uma análise micropolítica³ (Guattari e Rolnik, 1996) na compreensão desses acontecimentos, é preciso desterritorializar-se do padrão prevalente do poder hegemônico cada vez mais arrasador sobre a maior parte da população mundial e abrir espaço para uma análise que contempla a heterogeneidade dos fluxos e intensidades no universo micro. Segundo os autores, todas as estratégias vigentes são mutações do sistema capitalista que está sempre recuperando setores desativados nos negócios ou áreas degradadas nas cidades para que possam gerar novos rendimentos, sejam através da venda de produtos, serviços, títulos financeiros virtuais, bens imateriais ou da própria cidade, da arte, do esporte e da cultura de massa. Tudo é matéria prima para o capitalismo pós-industrial, ou capitalismo mundial integrado (CMI).

³ Análise micropolítica ou esquizoanálise é uma concepção da realidade em todas suas superfícies, processos e entes, e também nas suas individualizações inventivas como acontecimentos-devires. Para esta concepção, a produção, o registro e o desejo revolucionários são imanentes e produtores de toda a realidade. Consiste em uma leitura da realidade, tanto natural, quanto social, subjetiva e industrial-tecnológica.

Não importa quem é excluído do processo, a riqueza monetária mundial fica nas mãos de um percentual muito pequeno da população – alguns poucos que usufruem da escassez que prevalece sobre a maioria. É nesse quadro de escassez, abandono e descaso que se encontram os dois estudos de caso analisados no artigo.

Guattari (1989) indica que é necessário “vivenciar experiências autônomas e articuladas de reconversão do processo expressivo no sentido de uma catalisação da subjetivação criativa”. De forma um pouco mais contundente, afirma que “a instauração de novos sistemas de valores depende, portanto, da realização de uma revolução molecular, proposta no nível micropolítico com alcance planetário”, que “(...) através da constituição de grupos-sujeito desenvolva um princípio de Eros de grupo capaz de produzir agenciamentos coletivos de enunciação portadores de vetores de singularização subjetiva”. Enfim, “(...) tal problemática, no fim das contas, é a da produção de existência humana em novos contextos históricos”.

Dentre os possíveis vetores, retoma-se aqui sua proposta de realizar fraturas em nível molecular entre os três registros ecológicos, numa problematização transversal mental-social-ambiental. São ‘pontos de vista’ complementares, com efeito, como ‘lentes intercambiáveis’.

A ecosofia mental, por sua vez, leva a “reinventar a relação do sujeito com o corpo, (...) com o tempo que passa.” É levada a “procurar antídotos para a uniformização midiática e telemática, o conformismo das modas, as manipulações da opinião pela publicidade, pelas sondagens etc.” “Sua maneira de operar aproximar-se-á mais daquela do artista do que a dos profissionais “psi”, sempre assombrados por um ideal caduco de cientificidade” (Guattari, 1989).

A ecosofia social envolve o desenvolvimento de “práticas específicas que tendam a modificar e a reinventar maneiras de ser no seio do casal, da família, do contexto urbano, do trabalho, nesses novos tempos de alta densidade demográfica e baixa densidade das relações sociais” (Guattari, 1989).

A ecosofia ambiental está no princípio de que “tudo é possível tanto as piores catástrofes quanto as evoluções flexíveis”, considerando que, cada vez mais, “os equilíbrios naturais dependerão das intervenções humanas (...) (com) imensos programas para regular as relações entre o oxigênio, o ozônio e o gás carbônico na atmosfera terrestre” (Guattari, 1989).

O sujeito guattariano não é um indivíduo, uma pessoa individualizada, que pensa e assim existe. Pelo contrário, o sujeito é um conjunto de muitos componentes, um conjunto (heterogêneo, múltiplo), articulação de tais componentes antes e além do indivíduo; o indivíduo é como uma estação em transição para mudanças, travessias e ecologias. No desenvolvimento da linguagem conceitual de Guattari, ‘assemblage’ veio substituir o grupo. Isto não é para negar a existência de elementos. Pelo contrário, há núcleos ou cruzamentos especialmente, pontos densos onde a interioridade é encontrada e da qual a energia pode ser extraída para uma maior diferenciação, complexidade e enriquecimento. Tais núcleos substituíram, para Guattari, as linguagens psicanalíticas predominantes de sistemas e estruturas complexas, fazendo a subjetividade irreduzível a uma sintaxe universal.

Nesse sentido, pode-se verificar nos casos analisados em seguida, que não há nada fora das relações de poderes, pois, não existe neutralidade nas práticas sociais. Porém, o novo paradigma ético-estético é uma atitude política não partidária, uma ‘visão de mundo’ na qual se tem por objetivo promover a emancipação do controle social existente, de ‘forma criativa’.

DO 'LIXÃO' AO PARQUE ECOLÓGICO – PARQUE SITIÊ, MORRO DO VIDIGAL, RIO



Parque Ecológico Sitiê. Área ainda não limpa. Fonte: Acervo da autora, 2016.

Parque Ecológico Sitiê. Fonte: Acervo da autora, 2016.

Localizado no Morro do Vidigal no Rio de Janeiro, o Sitiê é um parque ecológico urbano de 8,500m² e, atualmente, um Instituto para o Meio Ambiente, Artes e Tecnologia com origem, liderança e apropriação comunitária. O caso Sitiê mostra como a comunidade do Vidigal junto à colaboração de profissionais e contribuição de doações conseguiu transformar uma área, antes degradada e pertencente a uma favela que foi pacificada pela 19ª Unidade de Polícia Pacificadora-UPP em 2012, quando passa a ser denominado bairro do Vidigal, em Parque e Instituto de referência internacional com inovações.

Como em todas as favelas e assentamentos informais, a comunidade do Vidigal não é contemplada plenamente quanto ao Direito à Cidade, estando sujeita a falta de serviços sociais e infraestrutura precária.

Até a metade da década de 1980, a área era um sítio em meio à Mata Atlântica. Em 1986, seis famílias invadiram a área e começaram a sua degradação, sendo agravada em 2003 quando a prefeitura demoliu as casas e não removeu o entulho. Por 20 anos, um total de 16 toneladas de lixo, incluindo eletrodomésticos, vigas de metal e animais mortos foram acumulados.

O protagonista Mauro Quintanilha, músico e morador local desde sua infância, iniciou um trabalho de limpeza de uma área tomada pelo lixo. “- Quem vai se mudar? O lixo ou eu?” - esta foi a pergunta que ele citou durante sua narrativa e que o fez, em 2006, decidir iniciar uma mudança de atitude para, assim, mudar o lugar. Sua frustração somou-se a preocupações com a saúde e a comunidade.

A limpeza da área se iniciou com a ajuda de Paulo Almeida, também morador da área. Com o apoio de outros moradores, o lixo foi removido em parte durante um período de seis anos, descobrindo no processo que a forma mais efetiva de recuperar a terra e prevenir novas invasões era reflorestar, implantando também áreas para agricultura urbana, o que levou o Sitiê a ser reconhecido como a primeira agrofloresta do Rio de Janeiro em 2012.

Em 2012, durante a Conferência Rio+20, Mauro e Paulo conhecem Pedro Henrique de Cristo, arquiteto recém-graduado em Harvard e futuro fundador do Estúdio de Arquitetura +D, que vê o potencial único do projeto e se envolve trabalhando nos primeiros esboços do conceito do Sitiê, seu *design* urbano e até com a 'mão na massa', quando necessário. Em março de 2013, Pedro organiza um desafio de *design* que conta com a participação de arquitetos brasileiros, americanos e japoneses em sua maioria vindos de Harvard, e que marca o início da cooperação formal entre as lideranças do Sitiê e uma comunidade de especialistas internacionais.

A integração do conhecimento contextual dos fundadores e da comunidade com a experiência dos profissionais envolvidos e sua rede de colaboradores, como Harvard, MIT, o Arq.Futuro, o Instituto PDR, a FGV-Direito Rio e a CMS Design, entre 2013 e 2015, levou o projeto a uma nova escala de operações, crescendo de uma área de 1.500m² (2013) para os atuais 8.500m², e ampliando suas atividades nas áreas de educação, design, agricultura urbana, reflorestamento, artes, cultura, tecnologia e empreendedorismo (turismo e design).

O método experimental tem sido utilizado no processo de desenvolvimento de habilidades e soluções para desafios urbanos. Em 2015, o Sitiê se tornou uma associação e já alcançou o status de OSCIP, uma organização da sociedade civil profissionalizada com a diretoria podendo ser remunerada por seu trabalho.

O grande sucesso do Parque e Instituto Sitiê se atribui ao fato que este foi criado e continua sendo liderado pela comunidade enquanto incorpora profissionais altamente treinados na sua equipe. O somatório entre os saberes locais dos iniciadores, da comunidade do Vidigal tem sido combinado com a capacidade técnica, além da arquitetura-urbanismo (landscape design, design industrial, políticas públicas, tecnologia e gestão de parques) cria uma cultura de excelência, transparência e prestação de contas num contexto desafiador de pobreza e violência resultando em inovações com ressonância e potencial para escala.

Enfim, com somente 0,25m² de espaço público por habitante numa área de terreno extremamente íngreme, era uma necessidade urgente a limpeza como também a demanda por espaços públicos verdes para bem-estar, cultura e lazer. Sob a liderança de Mauro, a comunidade havia conseguido não só transformar o lugar, mas também se transformar ao mudar sua cultura passando de vetor de degradação a protetora da floresta.

DO CÓRREGO OCUPADO AO PARQUE – JARDIM DAMASCENO, VILA BRASILÂNDIA, SÃO PAULO



Parque Linear do Canivete. Favela sobre o córrego. Fonte: SVMA, 2011.



Parque Linear do Canivete. Fonte: Prefeitura de São Paulo, 2014.

A Vila Brasilândia é considerada um dos maiores complexos de favelas localizadas no extremo norte da maior cidade do Brasil, São Paulo. Situa-se nas proximidades de um importante complexo de barragens, o sistema de abastecimento de água da Cantareira, que fornece cerca de 55% de sua capacidade para a Região Metropolitana de São Paulo. E ainda encontra-se nas bordas de uma reserva florestal. O bairro reúne o maior conglomerado de favelas da América do Sul, com aproximadamente 17 mil habitantes (IBGE, 2010), tendo sido iniciado em 1970.

O bairro originou de uma subdivisão de terras ilegais, nos anos 70, nas encostas da Serra da Cantareira, sem qualquer planejamento urbano. Foram abertas ruas sobre declives e vegetação nativa, construídas em áreas não estabilizadas. E, com o aumento da população, as margens do córrego foram ocupadas por edifícios sujeitos a deslizamentos de terra. Mesmo com a regularização de assentamentos, alcançada no final dos anos 70 com o projeto Pró-Periferia, realizado pela Empresa de Urbanização Municipal - EMURB-SP para consolidar a área, o bairro não recebeu o apoio necessário que um complexo ambiente físico-geográfico como esse realmente requer.

Em outubro de 2014, numa reunião no Centro Cultural do Jardim Damasceno, um dos bairros de Vila Brasilândia, a comunidade e suas lideranças reúnem-se para dialogar sobre algumas questões. A primeira temática foi sobre a falta de água no Estado de São Paulo e as dificuldades de cada um de gerenciá-la em casa. Todos demonstram conhecimento sobre as origens do problema - o

desmatamento das bordas da barragem e a inconsciência geral das autoridades e da população da cidade.

Os participantes da reunião lembram, constantemente, do ancião local Sr. José Quintino, iniciador do "Movimento Ousadia Popular" que anuncia a iminência de uma revolução urbana fundamentada na conservação ambiental e, desde o ano 2000 vem agregando mentes adeptas e empenhadas na conservação de nascentes e riachos na região. Este movimento é um dos existentes numa rede local que se configura em torno do enfrentamento de impactos sociais e ambientais recorrentes, por parte dos moradores locais. Além disso, instituições municipais que prestam serviços à comunidade também se agregam à rede de agentes.

Com base nesses fundamentos, a reunião focaliza nas possíveis ações que podem iniciar individualmente para aprimorar soluções coletivas: organizar um curso de captação de água da chuva, a agenda cultural mensal com jovens e crianças e os "saraus" musicais. Demonstram uma clara intenção de reforçar seus próprios meios de resolver os problemas, junto a uma forte solidariedade mútua.

Na reunião, os presentes estão conscientes da importância de manter o centro cultural para a vida comunitária, além de desenvolver uma relação de parceria com as escolas locais, agentes de promoção da saúde e agentes de promoção ambiental. Estas relações em rede tendem a fortalecer uma rede local. Inclusive, em teoria, Latour (2005) demonstra que as relações em si são tão importantes quanto os agentes envolvidos.

Ao registrar a narrativa de um agente de promoção ambiental é perceptível sua visão sistêmica, ao focalizar na educação ambiental, acompanhando agentes de saúde, desenvolvem pequenas ações locais promotoras de consciência de preservação ambiental nas residências e no bairro. São colocadas em foco as necessidades básicas de caráter econômico, a cultura como meio de conectar as pessoas e as questões ambientais são tratadas como de interesse e necessidade coletiva.

Uma importante iniciativa pública em Vila Brasilândia foi a inserção de dois Centros Educacionais Unificados – CEU Paz e CEU Jardim Paulistano, sendo o primeiro o mais próximo de Jardim Damasceno. É um complexo educacional, esportivo e cultural caracterizado como espaço público múltiplo. Visa promover o desenvolvimento integral de crianças, jovens e adultos, por meio de experiências educacionais conjugadas a atividades artísticas, culturais, esportivas e de inclusão digital. Além disso, propicia espaço de encontro para grupos, associações e coletivos já existentes na comunidade, inclusive a iniciativa 'Brasilândia em Transição'.

No entanto, sob o ponto de vista das lideranças do Jardim Damasceno, os CEUs não têm condições de ser a única solução que garante o Direito à Cidade para toda a população do bairro. Os centros representam instituições do Estado que apoiam e concentram serviços educacionais e culturais para a comunidade, mas também exercem o controle, tornando-se eficazes numa abordagem descendente, ou 'de cima para baixo'.

Este caso é um exemplo de práticas comunitárias emergentes, de ação ascendente ou de 'baixo para cima'. Em cooperação com a Fundação *Sticckel*, em 2011, esta reuniu esforços institucionais e organizou o primeiro curso Educação Gaia para comunidades em favela – Gaia para Transição, que também propiciou conexão com o movimento Cidades em Transição. A iniciativa se une à rede internacional do movimento *Transition Towns Network - TT*, apropriando-se do modelo de transição do movimento como referência. O modelo reúne uma série de tecnologias sociais e ambientais para reduzir o uso de combustíveis fósseis e a dependência em relação a essa fonte de

energia. Para isso, organiza um grupo iniciador, promove momentos de sensibilização da comunidade que, gradativamente, envolve um número maior de pessoas em projetos temporários ou programas de médio e longo prazo, voltados para a problemática local, mas sempre com o horizonte voltado para menor dependência de recursos externos à comunidade, o que reside no conceito de resiliência comunitária – fortalecimento das redes locais de colaboração. Como estratégia de atuação, a sensibilização atua no aumento da consciência nos níveis mental-social-ambiental, a partir da meta da independência de produtos derivados do petróleo. De uma meta aparentemente distante da realidade local, ao praticar algumas feiras de trocas, criação de cooperativas locais, a exemplo das costureiras ‘Brasilianas’, e da coleta de resíduos recicláveis e da reutilização da água da chuva, instauram-se processos emancipatórios que tendem a fortalecer a economia local e a antecipação dos problemas causados pelas mudanças climáticas.

O “Movimento Ousadia Popular” foi o iniciador do processo que culminou no projeto do Parque Linear do Canivete. O parque se tornou uma realidade após a remoção de uma favela que ocupava o córrego de forma precária e a relocação de parte dessa população para uma construção de habitação de interesse social ao lado do novo parque. O processo envolveu agentes de diversos órgãos do governo que convergiam para a questão de saneamento, infraestrutura e habitação, porém não pode ser considerado exemplo de ação participativa promovida pelo governo. O processo iniciou do esforço da subjetividade construída coletivamente, mas ao encontrar as instâncias governamentais não conseguiu desenvolver-se da mesma forma iniciada pela comunidade, tendo existido participação apenas no nível de consulta pública, a partir de um programa entregue pela comunidade, mas não totalmente contemplado e com contradições em relação à relocação dos ocupantes da favela sobre o córrego, o que gerou um plano executivo de urbanização médio e longo prazo para a área.

UMA APROXIMAÇÃO À CONVERGÊNCIA ECOLÓGICA

Ao utilizar os três registros ecológicos como ‘pontos de vista’ complementares numa problematização transversal para os dois casos em análise, nem sempre é possível identificá-los de imediato em um único caso. Por isso, a aproximação é feita de forma conjunta, sendo válido recorrer a uma análise micropolítica que eleva à primeira importância acontecimentos da microescala local.

No registro ecológico mental é possível encontrar subjetividades formadas por minorias – *assemblages* ou grupos de todo tipo – de jovens, de mães, da (maior)idade, de agricultores urbanos, de fiscais da floresta, de catadores de lixo, das costureiras cooperativadas, dos músicos, dos grafiteiros, de homossexuais, etc. – assim, agem muitas vezes como artistas, utilizando-se de resistência criativa.

Em relação ao registro ecológico social, são relevantes exemplos como uma reunião ou um sarau cultural entre agentes comunitários e moradores; uma oficina de artes e conscientização ambiental entre crianças; e a ação coletiva da separação de resíduos sólidos; a formação de parcerias e redes de colaboração. Essas ações são componentes singulares para a formação do plano de imanência que fica disponível para suprir subjetividades e processos de subjetivação capazes de desencadear transformações socioespaciais.

Não são processos lineares, mas heterogêneos e microescalares como, os casos do Movimento Ousadia Popular e da origem do Instituto e ECOLÓGICAParque Ecológico Sitiê que, em princípio, surgem por meio da iniciativa de um indivíduo que, em sua subjetividade tem uma visão do coletivo dentro de si, ou seja, transcendem o individual enquanto ego e transitam por linhas

difusas de resistência criativa ao fazer uma espécie de tradução de uma multiplicidade de propósitos convergentes, perceptíveis *a posteriori*.

O registro da ecologia ambiental agrega, gradativamente, coletivos de singularidades em forma de sensibilização, que muitas vezes transcende, por exemplo, a delimitação da área de uma nascente com o envolvimento de jovens no plantio de mudas nativas em seu entorno. Ou mesmo, o plantio diário de uma horta em fase inicial, onde no turno seguinte, a comunidade local volta a jogar lixo. Mas a atitude de continuar o plantio no dia seguinte e, ao realizar a colheita, entregar para cada um que jogou o lixo no dia anterior, como um convite a fazer diferente sem confronto, numa perspectiva de transformação social pela prática da retomada de valores, na microescala local.

Ambas as práticas observadas, enquanto práticas comunitárias emergentes em áreas degradadas demonstram terem sido iniciadas por propósitos, aparentemente, individuais ou de grupos iniciadores de pequena escala. Desenvolveram-se num período de médio prazo (2000 a 2009 – da favela ao Parque Linear do Canivete) e (2006 a 2016 – do ‘lixão’ ao Parque e Instituto Sitiê) sendo relevante evidenciar a ação autônoma, pró-ativa e colaborativa, sem os meios de luta comumente utilizados nos movimentos sindicalistas e partidários do passado, elaborando uma resistência de forma criativa, onde o contra-poder interage com as adversidades por meio do fortalecimento de redes locais de colaboração e outras aberturas para um novo paradigma ético-estético.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A principal diferença entre as duas comunidades foi a abordagem que encontraram para encontrar soluções coletivas. A Vila Brasilândia teve uma abordagem mista de baixo para cima e de cima para baixo, desde as decisões da comunidade até a atração de ações de políticas públicas que ampliam a inclusão social pelo Direito à Cidade na comunidade.

A partir dessa análise da micropolítica, percebe-se que essas comunidades criam sua própria maneira de organização local, estimuladas principalmente por suas necessidades primárias. Assim, como profissionais, de um ponto de vista técnico, na forma de assessoria técnica, é possível reconhecer os potenciais e recursos latentes em seus planos de imanência. As redes locais formadas nos casos analisados demonstram ser capazes de construir lugares mais sustentáveis, no sentido de da capacidade transformativa urbana que adquirem durante esses processos emancipatórios emergentes por autogestão.

Finalmente, observando estes dois casos de estudo, podemos identificar um tipo de resiliência, ainda latente, que pode ser direcionada para soluções coletivas mais bem sucedidas para o ambiente construído. As formas estéticas, a princípio, desagradáveis e nuas, com esgoto aparente e casas inacabadas, podem ser resignificadas por indivíduos-coletivos, ou seja, subjetividades ou singularidades na pluralidade das ações possíveis, quando se resiste de forma criativa e ainda agregando múltiplos agentes locais e externos.

Pode-se observar o surgimento de um tipo de atitude de resiliência comunitária para superar impactos socio-ecológicos que permeiam as ecologias mental-social-ambiental, mas que necessita ser somada a uma transformação ampliada que inclui os modos de produção, o modo de vida e a ideia de natureza existente na modernidade. Passa também por uma transformação na forma de conceber o outro como dimensão da totalidade natureza-sociedade na qual cada qual é mais do que parte e todo, porque nos constituímos como relação.

De fato, quando essas experiências são guiadas por uma visão compartilhada entre – o indivíduo que tem o coletivo dentro de si - e o apoio da comunidade, expandido para múltiplos agentes, fica evidenciada a capacidade transformativa do fenômeno que, mesmo partindo de interesses locais, culmina na devolução de lugares mais sustentáveis à cidade.

Enfim, é preciso considerar o ‘lugar’ das práticas comunitárias emergentes junto a processos de planejamento e projetos urbanos participativos por demonstrarem que se aproximam de uma convergência ecológica, segundo as ecologias mental-social-ambiental. A prática propositiva do arquiteto-urbanista ao lidar com as condições de complexidade, incerteza e não-linearidade existentes na realidade precária e sócio ambientalmente impactada das cidades brasileiras necessita de soluções que, cada vez mais, considerem a interdependência desses registros ecológicos nos processos de transformações urbanas que coadunam com o Direito à Cidade, ao devolver lugares para a cidade.

REFERÊNCIAS

- Blog da Cantareira. Disponível em: <<http://www.cantareira.org/tag/jardim-damasceno>> Acesso em: 27/10/2016.
- CASTELLS, M. **Redes de Indignação e Esperança**: movimentos sociais na era da internet. [Tradução por Carlos Alberto Medeiros]. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- DELEUZE, Gilles. **Foucault**. [Tradução de Claudia Sant’Anna Martins]. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2005 (orig. 1986).
- DELEUZE, Gilles. **Conversações** (1972-1990). [Tradução de Peter Pál Pelbart]. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992. (orig. 1977).
- GUATTARI, Felix. **Revolução Molecular**. Pulsações Políticas do Desejo. Coletânea. [Tradução por Suely Rolnik]. Brasiliense: São Paulo, 1981 (1ª edição).
- GUATTARI, Félix. **As Três Ecologias**. [Tradução de Maria Cristina F. Bittencourt]. Campinas: Papirus, 2000 (orig. 1989).
- GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: Cartografias do Desejo**. 4ª Edição Revisada, Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- LATOUR, Bruno. **Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede** [Tradução de Gilson César Cardoso de Sousa]. Salvador: EDUFBA, 2012. Bauru: EDUSC, 2012 (orig. 2005).
- LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**: o Fenômeno Urbano, Sentido e Finalidade da Industrialização, o Principal Direito do Homem. Trad. T. C. Neto. São Paulo: Documentos, 1969. (orig. 1960).
- SUZUMURA, G. **Parque linear do Canivete sob uma perspectiva do Desenho Ambiental**. In: Revista LABVERDE nº 04 São Paulo, Junho de 2012.
- Site oficial do Parque Sitiê. Disponível em: < <http://www.parquesitie.org/>> Acesso em: 28/10/2016.